
XVIII Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO**

XVIII Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**

Salvador – BA
2016

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 200 exemplares

Distribuição: Todo o território nacional.

Revista do CEPEJ, v.1 – 1988. – Salvador : Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – CEPEJ, 2016.

433 f.

v.18

Semestral

ISSN 1981 – 6758

1.Direito – Periódico

CDD 340.05

CEPEJ

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Doutor João Glicério de Oliveira Filho

Prof.^a Doutora Joseane Suzart Lopes da Silva

Prof. Doutor Sebastian Borges de Albuquerque Mello

DIRETORIA EXECUTIVA:

2015

Diretoria de Presidência: Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos

Diretoria Administrativo-Financeira: Arthur de Oliveira d'Arede

Diretoria de Comunicação: Moisés Fernandes de Oliveira

Diretoria de Recursos Humanos: Paulo Henrique Vaz de Castro

Diretoria de Projetos: Deylane Azevedo Moraes Leite

2016

Diretoria de Presidência: Arthur de Oliveira d'Arede

Diretoria Administrativo-Financeira: Uriel Torres Nunes

Diretoria de Comunicação: Cláudio de Oliveira Dantas Filho

Diretoria de Recursos Humanos: Ênyo Ribeiro Novaes Santos

Diretoria de Projetos: Ana Paula dos Santos Huoya

COMISSÃO EDITORIAL

2015

Fernando Sampaio Rodrigues. **Secretário da Revista**

Arthur de Oliveira d'Arede

Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos

Cláudio de Oliveira Dantas Filho

Deylane Azevedo Moraes Leite

Helena Loureiro Martins

Lucas Fernandes de Souza Silva

Moisés Fernandes de Oliveira

Paulo Henrique Vaz de Castro

2016

Lucas Fernandes de Souza Silva. **Secretário da Revista**

Arthur de Oliveira d'Arede

Ângela Maranhão Lima de Souza

Ana Paula dos Santos Huoya

Cláudio de Oliveira Dantas Filho

Fernando Sampaio Rodrigues

Flávia Conceição Santos de Matos

Gustavo Costa Macedo

Matheus Santiago Gonçalves Silva

CORPO TÉCNICO:

Ângela Maranhão Lima de Souza (capa)

Cláudio de Oliveira Dantas Filho (capa)

MEMBROS:

Amanda Silva Barbosa Mello

Ana Paula Santos Huoya

Ângela Maranhão Lima de Souza

Arthur de Oliveira D'Arede

Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos

Claudio de Oliveira Dantas Filho

Deylane Azevedo

Diana Andrade Gatti

Diana Neuma Santos Sant'Anna

Ênyo Ribeiro Novais Santos

Fernando Sampaio Rodrigues

Flávia Conceição Santos de Matos

Gustavo Costa Macedo

Horácio Luís de Souza Rapadura Júnior

Isaane Sodré de Oliveira dos Santos

Kaique Martine Caldas de Lima

Laianne Porto Brasil

Leonardo Macedo dos Santos e Santos
Lucas Fernandes de Souza Silva
Luniza Carvalho do Nascimento
Mariana Borges Nobre Lopes
Matheus Santiago Gonçalves Silva
Moisés Fernandes de Oliveira
Paulo Henrique Vaz Castro
Phillipe Ramon C. Queiroz
Renan Anjos Chagas
Taís Almeida Rocha
Tath Lorena Silva Pina
Thiago dos Santos Siqueira
Uriel Torres Nunes

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	17
---------------------	-----------

ARTIGOS

CAPÍTULO I

A DESCONSIDERAÇÃO DA NATUREZA HEDIONDA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO DE DROGAS.....21

Daniel Angeli de Almeida

1. Introdução.....	22
2. O princípio da individualização da pena e seus desdobramentos.....	24
2.1 A fase legislativa.....	27
2.2 A dimensão dirigida ao julgador.....	29
2.2.1 A fixação do regime inicial de cumprimento de pena.....	31
2.3 A dimensão dirigida à execução penal.....	34
3. Sobre a lei 11.343/06 e o tratamento do tráfico ilícito de entorpecentes.....	36
4. A desconsideração da natureza hedionda do tráfico privilegiado de drogas.....	41
4.1 O tratamento jurisprudencial dado à matéria.....	41
4.2 A construção doutrinária nacional.....	48
4.3 Hipótese de viabilidade da proposta.....	52
5. Conclusão.....	57
6. Referências.....	60

CAPÍTULO II

PONDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA TEORIA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 373 DO NOVO CPC.....69

Luiza Barreto Braga Fidalgo

1. Introdução.....	71
--------------------	----

2. Da acepção jurídica da prova.....	73
2.1 Princípios regentes.....	74
2.2 Valoração da prova.....	78
3. Do ônus probatório no processo trabalhista.....	80
3.1 Incompletude do art. 818 da CLT e aplicação do art. 333 do CPC/73.....	81
3.2 Possibilidade de inversão do ônus da prova.....	86
3.3 Teoria da carga dinâmica do ônus da prova.....	90
3.4 Do diálogo entre o processo civil e o processo trabalhista.....	92
4. Conclusão.....	96
5. Referências.....	97

CAPÍTULO III

O GRANDE ENCARCERAMENTO BRASILEIRO: POLÍTICA CRIMINAL E PRISÃO NO SÉCULO XXI..101

Daniel Fonseca Fernandes

1. Introdução.....	102
2. Política criminal brasileira na retomada democrática – o giro ao punitivismo no século XXI.....	105
2.1 Ambivalências constitucionais e produção legislativa.....	113
3. O grande encarceramento brasileiro.....	122
3.1 Prisões sem condenação.....	135
3.2 A cor do cárcere – aprisionamento da população negra.....	139
3.3 Nota sobre o estado de coisas inconstitucional e a superpopulação carcerária.....	142
4. Considerações finais.....	146
5. Referências.....	149

CAPÍTULO IV

O PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO: LEGITIMIDADE, CONTROLE E EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA BRASILEIRA.....155

Clóvis Mendes Leite Reimão dos Reis

1. Introdução.....	156
2. Aspectos propedêuticos: o processo administrativo à luz da teoria geral do processo e do direito administrativo contemporâneo.....	158
2.1 Aspectos conceituais.....	158
2.2 Aspectos históricos.....	161
3. A realidade jurídico-social brasileira e a necessidade de processualização da atividade administrativa.....	166
4. As principais funções democráticas do processo administrativo.....	172
4.1 A legitimação da atividade administrativa.....	173
4.2 O controle da atividade administrativa.....	177
4.3 A eficiência da atividade administrativa.....	181
5. Conclusão.....	187
6. Referências.....	191

CAPÍTULO V

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DO IPI SOBRE PRODUTOS IMPORTADOS POR PESSOAS FÍSICAS PARA USO PRÓPRIO.....199

Júlia Terra Nova dos Santos

1. Introdução.....	200
2. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	202
2.1 Origem.....	202
2.2 Base Econômica.....	205
2.3 Hipótese de incidência: o desembaraço aduaneiro.....	208
2.4 Não cumulatividade no IPI.....	215
3. Mercado internacional e necessária tributação dos importados.....	221
4. Incidência do IPI na importação por não-contribuintes.....	224
4.1 Sistemáticas distintas para o IPI e o ICMS.....	231
4.2 Posicionamento atual dos Tribunais.....	235
5. Conclusão.....	239

6. Referências.....	241
---------------------	-----

CAPÍTULO VI

DO POSITIVISMO JURÍDICO AO PRECEDENTE JUDICIAL: A INTERFERÊNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL.....245

Diego de Lima Leal

1. Introdução.....	246
2. Do positivismo jurídico ao precedente judicial.....	247
3. O significado dos precedentes judiciais no civil law brasileiro.....	258
4. Conceitos e comparações necessárias para se compreender o papel dos precedentes judiciais no civil law brasileiro.....	267
5. Considerações finais.....	275
6. Referências.....	277

CAPÍTULO VII

A SUSTENTAÇÃO ORAL E O AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE DESAFIA DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO À LUZ DO NOVO CPC.....281

Júlia Wanderley Lopes

Paula Jucá Faskomy

1. Introdução.....	283
2. O Novo Código de Processo Civil: considerações iniciais.....	285
2.1 A matriz principiológica do Novo CPC.....	287
2.2 Os princípios do contraditório e ampla defesa no Novo CPC.....	288
3. O conceito dos provimentos judiciais no Novo CPC e seus reflexos no sistema recursal.....	292
3.1 O conceito de sentença e decisão interlocutória no CPC de 1973.....	292
3.2 O CPC de 2015 e o novo conceito de sentença e decisão interlocutória.....	295

3.3 O novo conceito de decisão interlocutória e o julgamento parcial de mérito.....	297
3.4 A decisão interlocutória de mérito: reflexos no sistema recursal.....	299
4. O regime recursal da apelação e do agravo de instrumento no Novo CPC: breves anotações.....	302
4.1 Prazo de interposição.....	302
4.2 Efeito suspensivo.....	303
4.3 Sustentação oral.....	305
5. Sustentação oral e o agravo de instrumento que desafia decisão interlocutória de mérito.....	307
5.1 Sustentação oral no Novo CPC: omissão do legislador quanto às decisões interlocutórias de mérito.....	309
5.2 Incongruências decorrentes da omissão constante no artigo 937, VIII, do Novo CPC.....	312
5.2.1 Sentença terminativa versus decisão interlocutória de mérito.....	313
5.2.2 Súmula 255 do Superior Tribunal de Justiça.....	314
5.2.3 Desestímulo à cumulação de pedidos.....	318
5.2.4 Da técnica de complementação do julgamento prevista no Novo CPC.....	319
6. Considerações finais.....	322
7. Referências.....	323

CAPÍTULO VIII

NATUREZA ESPECIAL CONSTITUCIONAL DA APOSENTADORIA DE PROFESSOR E A INAPLICABILIDADE DO FATOR PREVIDENCIÁRIO.....327

Marcelo Henrique Moreno Santos

1. Introdução.....	328
2. Fator Previdenciário.....	330
3. Breve Histórico sobre a Aposentadoria do Professor.....	333

4. Exclusão do Fator Previdenciário nas Aposentadorias de Professor dos Ensinos Infantil, Fundamental e Médio.....	336
5. Regra 85/95.....	341
6. Conclusão.....	344
7. Referências Bibliográficas.....	345

CAPÍTULO IX

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA MÍDIA BRASILEIRA.....349

Lucas Araújo Mascarenhas

1. Introdução.....	350
2. Liberdade de Imprensa.....	352
3. A Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos de Personalidade: Intimidade e Direito à Imagem.....	357
4. Direitos e garantias da Criança e do Adolescente: a proteção constitucional e infraconstitucional (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	363
5. Responsabilidade jurídica dos Meios de Comunicação.....	366
6. Considerações Finais.....	372
7. Referências.....	374

CAPÍTULO X

A DEFENSORIA PÚBLICA ENQUANTO GARANTIA DO CONSTITUCIONALISMO SOCIAL: O ACESSO À JUSTIÇA E A CONSAGRAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....379

Hebert França de Santana

Ênyo Ribeiro Novais Santos

1. Introdução.....	380
2. O constitucionalismo social como ferramenta para a transformação social.....	381
3. Defensoria pública e a ordem constitucional brasileira.....	387
4. Acesso ao judiciário: direitos de todos e dever do estado...394	
5. As defensorias públicas na consagração dos direitos e garantias fundamentais.....	399
6. Conclusão.....	401

7. Referências.....	402
---------------------	-----

CAPÍTULO XI

TORTURA: PERMANÊNCIA E DESAFIO 405

Amanda Barreto Meirelles do Nascimento

1. Introdução.....	406
2. Conceito e breve histórico.....	406
3. A tortura na ditadura militar no Brasil- casos exemplares..	416
4. A resposta Institucional normativa.....	424
5. O desafio da permanência.....	427
6. Considerações finais.....	430
7. Referências.....	432